



Sebastião, o Rei português

Rosuel Lima-Pereira

► To cite this version:

Rosuel Lima-Pereira. Sebastião, o Rei português. Boletim da CMF, 2020, 68, <http://www.cmfolclore.ufma.br/wp-content/uploads/2021/11/BOLETIM-68.pdf>. hal-03528816

HAL Id: hal-03528816

<https://hal.science/hal-03528816>

Submitted on 17 Jan 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

SEBASTIÃO, O REI PORTUGUÊS

Rosuel LIMA-PEREIRA *

Este texto faz parte de uma trilogia: “Sebastião, o Santo cristão”, “Sebastião, o Rei português” e “Sebastião, o Encantado maranhense”. A primeira parte, “Sebastião, o Santo cristão” foi publicado no *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, nº 58, junho de 2014, p. 7-10.

Introdução

Em 20 de janeiro de 1554, dia da festa de São Sebastião, nasce o Infante Sebastião de Avis aquele que o povo português chama antes mesmo do seu nascimento de “Rei Desejado”. Segundo a Prof.a Diva Cunha, “*O Desejado é o primeiro epíteto que recebe, levando-o a conscientizar-se desde a primeira infância do papel que talharam para ele de salvador do Império português*”. O Infante Sebastião, filho de Dom João Manuel, Príncipe do Brasil, e de Dona Joana da Áustria, recebe o nome do seu santo protetor já que ele nasce no dia da festa do mártir romano. O príncipe Dom João Manuel morre alguns dias antes do nascimento do Infante, o que deixa Portugal em um alvoroço visto que Dom João Manuel era o único filho sobrevivente dos nove filhos que o rei Dom João III tivera. Em junho de 1557, aos três anos de idade, após a morte do seu avô e rei, o Infante ascende ao trono. Durante sua menoridade são regentes a sua avó, Dona Catarina da Áustria e depois o seu tio-avô, o Cardeal Dom Henrique. Em janeiro de 1568, aos catorze anos de idade, Dom Sebastião recebe, no Palácio dos Estaus, os Selos do Estado e a transferência de poder. Após o beija-mão iniciado pela rainha Dona Joana da Áustria, o agora rei Dom Sebastião assume o governo manifestando grande fervor religioso e militar. Um dos primeiros atos de seu reinado foi escrever ao papa Pio V, anunciando-lhe a sua maioridade e pedindo-lhe que rogasse “*ao Rei dos Reis e Senhor dos Senhores, Deus Omnipotente, para que aderece minhas tenções e ações, conforme aos meus desejos, pelo caminho da justiça*”.

*Rosuel Lima-Pereira é doutor em Estudo Ibéricos e Ibero-americanos pela Universidade Montaigne-Bordeaux, França. Atualmente é professor adjunto de Civilização brasileira, no Departamento de Letras e Ciências Humanas, na Universidade da Guiana, França ultramarina.

I – A educação do Infante Sebastião

A rainha viúva, Dona Catarina da Áustria, seguindo a suposta vontade do rei defunto, é declarada regente e responsável pela monarquia portuguesa. Além disso ela tem sob a sua responsabilidade a custódia e a educação do Infante Sebastião com quem ela tem muitos desentendimentos. Com efeito, o vínculo entre o neto e a avó fora objeto de polêmicas devido ao excessivo zelo protecionista da rainha regente. Também a educação dada pelos padres da Companhia de Jesus torna-se questão polêmica entre os cronistas e estudiosos da vida do futuro rei Dom Sebastião. Na verdade, os preceptores insistem em estabelecer um certo distanciamento da avó para que houvesse um melhor amadurecimento e independência afetiva do Infante. A partir do século XVIII, na história de Portugal, os Jesuítas passam a ser responsabilizados por muitos dos fracassos do reino, em função do poder que adquiriram à revelia da Coroa. Muitos historiadores concordam em dizer que o preconceito contra os Jesuítas em Portugal pode ter contribuído para a construção de uma memória do rei Dom Sebastião que atribui à educação religiosa que recebeu, a culpa da misoginia e de sua obstinação pela invasão do norte da África em nome da fé católica.

A educação jesuítica vinha seguramente ao encontro do desejo de se criar um futuro monarca voltado para as questões da religião e do resgate das glórias passadas, entre elas possivelmente a da Guerra Santa. O historiador português Antônio Machado Pires explica esse período nesses termos: *“Quiseram dar ao rei uma educação portuguesa, sentia-se a necessidade de intensificar o sentimento nacional numa época com sintomas de decadência, por isso mesmo uma época em que se levantaram mais altas as vozes de exaltação do passado. Era, como se pensava, uma hora que reclamava patriotismo: intrigas palacianas, corrupção, lutas coloniais, sintomas vários de decadência. O programa do jesuíta Dom Luís da Câmara baseava-se no sentimento nacional, na exaltação do passado e no estímulo aos grandes feitos [...]”*

Enfim, a natureza exaltada do Infante Sebastião, o entusiasmo que mostra perante as empresas bélicas que lhe narravam principalmente as dos seus antepassados em África, iam crescendo no seu íntimo o desejo de imitá-los, através de odisséia que gerassem

glória. Ele os queria exceder inclusive com maior grandeza. Pode-se remarcar aqui a influência do seu antigo aio, Dom Aleixo de Menezes, que tinha começado muito novo uma carreira em África. Em suas anotações, o jovem rei escreve uma série de “pensamentos” que deveriam constituir uma norma de sua conduta régia. Diz ele com ingênua e cândida fé:

“Terei a Deus por fim de todas as minhas coisas, e em todas elas me lembrarei d’ele”.

“Trabalharei por dilatar a fé de Cristo, para que se convertam todos os infiéis”.

E ele tudo faria especialmente para:

“Conquistar e povoar a Índia, Brasil, Angola e Mina”.

“Fazer mercês a bons e castigar os maus”.

“Tirar os pecados, mandando para isso homens letrados e que temam a Deus”.

Quanto ao estado de solteiro do novo monarca, historiadores e biógrafos procuraram todo tipo de razões para justificar a sua presença na jornada africana pondo em perigo a sua vida sem se preocupar em deixar herdeiros. Antes de tudo pode-se dizer que o rei Dom Sebastião se rendia à sua obsessão. Os seus projetos grandiosos não tinham limites nem ordem. No século XIX, o historiador espanhol Juan Cortada faz o seguinte comentário: *“Fizeram-lhe entender (os seus educadores) que uma das mais louváveis virtudes de um cristão era a castidade. E por isso, com o fim de libertá-lo do poder que as mulheres exercem sobre todos os homens, fugia delas e até tomou a resolução de se manter solteiro, esquecendo-se de que uma das primeiras obrigações de um monarca é dar à sua pátria herdeiros de sangue”.*

II – O rei Dom Sebastião rumo à batalha de Alcácer-Quibir

A piedade religiosa do rei Dom Sebastião se manifesta desde criança, por influência da avó e continua por influxo de seu instrutor e confessor, o padre jesuíta Luís Gonçalves da Câmara. O jovem rei ouvia missa diariamente e comungava com muita frequência. Insistia em querer jejuar na Quaresma e fazer sacrifícios e privações por amor de Deus.

Na dedicatória de um livro que oferece a uns padres da Companhia de Jesus, ele escreve o seguinte: *“Padres, rogai a Deus que me faça muito casto e muito zeloso de dilatar a Sua santa fé por todas as partes do mundo”*. Ao assumir na maioridade os poderes do reino, Dom Sebastião preocupa-se com a conversão dos infiéis nas colônias. Como exemplo, vejamos o que ele diz a Dom Luís de Ataíde ao nomeá-lo Vice-Rei das Índias: *“fazei muita cristandade, fazei justiça, conquistai tudo quanto puderdes, tirai a cobiça dos homens, favorecei aos que pelejarem, tende cuidada da minha fazenda”*.

O reinado de Dom Sebastião a partir de sua maioridade foi de apenas 12 anos. Politicamente seu reinado esteve envolvido por duas questões significativas que acompanham a política da Casa de Avis. A primeira questão é a tentativa de dominação do Marrocos e a união dos reinos ibéricos, Portugal e Espanha, mediante a política de casamentos. A outra questão é o problema religioso com suas duas vertentes: a primeira vertente refere-se aos Judeus, agravada com a expulsão espanhola de 1492; a segunda vertente é a ameaça moura, em especial para os reinos cristão da Península Ibérica. A maior parte do seu reinado, Dom Sebastião ocupa-o em querer reconquistar o norte da África. Para ele, essa questão torna-se um ponto de honra e até mesmo uma obsessão. A população divide-se em dois campos em relação a esse projeto. A elite, especialmente a Nobreza, acostumada aos saques resultantes desse tipo de invasão era favorável ao restabelecimento do controle do Marrocos.

Em 1572, o rei Dom Sebastião faz sua primeira tentativa de partir, sem sucesso, pois uma tempestade destrói os navios abordados nas margens do rio Tejo e com isso os seus sonhos de conquista e de luta contra os muçulmanos. Dois anos depois, em 16 de agosto de 1574, o rei Dom Sebastião parte de Cascais para o Algarve e embarca secretamente para o Norte de África. Ele conseguiu levantar o dinheiro necessário para uma segunda expedição, graças também à "compra" de uma bula papal de Gregório XIII que o autoriza a suspender o confisco, por dez anos, dos bens dos Novos-cristãos. A sua estada em Ceuta e Tânger é marcada pela expectativa de um ataque do califa de Fez, Moulay Mohammed Al-Moutaouakil, que fora destronado pelos seus tios, Moulay Abd al-Malik e Aboul-I Abbas Ahmed. Dom Sebastião passa o tempo fazendo exercícios militares, caçando e escrevendo. Para explicar o seu regresso a Portugal, os historiadores apresentam várias explicações. Para Sales Loureiro, foram os argumentos

de Pêro de Alcaçava, aliado político de Dona Catarina, que convence o rei a regressar a Portugal: *“faça exército digno de um tão poderoso Rey, e que possa ser capaz de uma tamanha conquista”*. Ele aconselha o rei português a contentar-se por ora, em fazer um reconhecimento dos locais para depois os conquistar mais facilmente. Para Queirós Velloso, o regresso do rei Dom Sebastião a Portugal deve-se à interrupção do abastecimento alimentar fornecido pelo seu tio, Dom Filipe de Espanha, bem como a falta de apoio do soberano espanhol para um eventual assalto do rei português.

Em 1576, o sultão Moulay Mohammed Al-Moutaouakil é expulso do trono pelo seu primo Moulay Abd al-Malik. O sultão pede ajuda e proteção ao rei Dom Filipe II da Espanha. Segundo Pierre Berthier, o rei espanhol está constrangido com este pedido e ansioso por descarregar no rei Dom Sebastião de Portugal o incômodo problema colocado pelo pedido do sultão destronado. Dom Sebastião vê nesta ocasião a justificação e a concretização dos seus projetos marroquinos: retomar lugares estratégicos, conquistar a Terra Santa e difundir a fé cristã entre os infiéis. A partida para o Norte da África estava marcada para o início do verão de 1577, mas a estada foi adiada devido a dificuldades orçamentárias e de recrutamento. Em janeiro de 1578, Dom Sebastião anuncia a sua vontade de fazer uma expedição aos membros da família real, em primeiro lugar à rainha Dona Catarina e ao cardeal Dom Henrique. Ambos se opõem totalmente a esse empreendimento arriscado e aparentemente não lucrativo. No mês seguinte, em fevereiro, o rei Dom Sebastião convoca prelados católicos e grandes senhores para informá-los de sua decisão de se mudar para a África. *"Saibam", disse-lhes, "que não os fiz vir aqui para que pudessem me dar sua opinião ... mas para que estabeleçam o procedimento a seguir para reunir a tropa, a frota, provisões e outros suprimentos que são necessários para o exército que devo criar"*. Contra todos os conselhos e obstinado pelo empreendimento régio, o rei Dom Sebastião parte, aos 24 anos, para a África, acompanhado por cerca de dezessete mil combatentes, entre os quais cinco mil mercenários estrangeiros.

Os dezessete mil homens que Dom Sebastião reuniu com o sultão Moulay-Mohammed para conquistar o Marrocos, são arrastados para a planície de Alcácer-Quibir pelos setenta mil homens da infantaria e cavalaria que foram reagrupados pelo usurpador Moulay Abd al-Malik. A derrota acontece no calor arenoso de 4 de agosto de 1578.

Neste dia, à tarde, da luz se fez escuridão e três reis desaparecem: Moulay Abd al-Malik morre de cansaço, o sultão Moulay Mohammed afoga-se no rio Mocazim durante a fuga e, entre os cadáveres das vítimas portuguesas, não é encontrado o corpo do jovem rei Dom Sebastião. Só o desaparecimento pôde, pois acabar com o desejo invencível de conquistas do jovem rei, neto do imperador espanhol Dom Carlos V e do rei português Dom João III. A chamada batalha dos Três Reis ou batalha de Alcácer-Quibir custou a independência do reino de Portugal já que Dom Sebastião desaparece sem deixar herdeiros diretos. Em dezembro de 1640, Portugal recupera enfim sua independência graças aos restauradores e sob a liderança do Duque de Bragança, Dom João. A guerra de Restauração põe fim a 60 anos de Dominação espanhola conhecida também como União Ibérica, União das Duas Coroa ou Dominação Filipina.

III – O “Rei Encoberto” e o Sebastianismo português.

O desaparecimento do jovem monarca Dom Sebastião como que por mágica, durante a expedição o torna, segundo a crença de muito de seus súditos, o "Rei Encoberto", ou seja aquele que está escondido e que vai se revelar. Esta crença tem como uma de suas bases as *Trovas* messiânicas do sapateiro e profeta português Gonçalo Annes Bandarra. Segundo suas predições, o “Rei Encoberto” há de vir e estabelecer um reino universal de prosperidade sob o comando de Portugal. O desaparecimento do monarca português dá origem a um movimento sociopolítico misturado a traços religiosos. Esse movimento, chamado Sebastianismo, é a manifestação de um sentimento coletivo, que tem as suas origens no nome do rei e afeta todos os estratos sociais; seu pico dura 60 anos e corresponde à época do jugo espanhol (1580-1640). A crença diminui durante a Restauração e à ascensão ao trono da casa de Bragança e continua até o século XIX.

Segundo a crença sebastianista, com o retorno deste rei Salvador, um reino de paz e prosperidade será finalmente restaurado. A crença na volta do rei Dom Sebastião serve para amenizar a dor do povo português, pois o seu desaparecimento permanece duvidoso na memória das pessoas, visto que o seu corpo não foi encontrado. A ausência do corpo do rei, evidência material, torna seu desaparecimento inexplicável.

Daí nasce uma mística de carácter messiânico que permitirá ao povo português exprimir uma certa consternação, um sentimento de ausência misturado de esperança enganosa. Esta esperança terá momentos de exaltação a cada aparecimento dos sinais de alerta que se traduzem na erupção, em Portugal mas também na Europa, de falsos Sebastião pretendentes ao trono português.

Após a Restauração, Bandarra torna-se um autor de grande autoridade cuja obra vem logo a seguir à Bíblia, tendo ainda honras no altar da Igreja da Sé de Lisboa, no primeiro aniversário do Advento em 1640. Os escritos do sapateiro de Trancoso servem como meio de atestação do desígnio divino perante a sociedade portuguesa e estrangeira. O compromisso do Padre Antônio Vieira também se enquadra nesta mesma perspectiva, visto que considera Bandarra um profeta da mesma forma que os profetas do Antigo Testamento. Os escritos proféticos do padre jesuíta Antônio Vieira não são nem representação, nem manifestação isolada, nem produto de um doente mental. *“Foram produzidos em consonância com outros textos, teológicos e políticos, inspirados em objetivos comuns: legitimar a nova dinastia e consolidar a independência do reino”*, sublinha o historiador brasileiro Valmir Francisco Muraro. Embora todos busquem "legitimar a nova dinastia", as opiniões divergem quando se trata de explicar o sentimento patriótico e messiânico de grande número de portugueses. Alguns veem o rei Dom João IV da Casa dos Bragança como o “Rei Encoberto”, já prefigurado nas *Trovas* de Bandarra; os outros o veem apenas como o precursor do retorno do rei Dom Sebastião. Além disso, vislumbrar o retorno do rei Dom Sebastião com mais de 80 anos é uma imagem bastante simbólica. Caso ele voltasse, esse retorno seria visto como o cumprimento do propósito divino para o reino e a figura do monarca português vista como o rei Salvador.

Com a Restauração, as *Trovas* de Bandarra, na pessoa do Padre Antônio Vieira, passam por uma nova interpretação, face aos acontecimentos ocorridos em Portugal. Por um lado, ele se preocupa com os problemas sociais, políticos e religiosos do reino; por outro lado, ele é um homem da Igreja católica, um crente, convencido da força divina e de sua manifestação por milagres, prodígios e profecias. Quando ele vai à Corte no final de abril de 1641, acompanhando o filho do Marquês de Montalvão, Vice-Rei do Brasil, para apresentar a moção de adesão da América portuguesa à Casa de Bragança e

o novo rei Dom João IV, o Padre Antônio Vieira chega à metrópole convencido de que uma nova era começa em Portugal. Muito rapidamente, o púlpito torna-se para ele o instrumento de palco para transmitir sua mensagem messiânica. A sua primeira pregação na capela real, em 1642, no seu *Sermão dos bons anos*, mostra claramente que muda o conteúdo do seu discurso face às suas homilias no Maranhão, adapta-se ao seu novo público, mais culto e responsável. da nova situação sociopolítica no reino. A partir de agora pode apresentar, apoiado na Sagrada Escritura, as suas convicções sobre o futuro glorioso do reino de Portugal. Para Hernani Cidade, no prefácio de *Obras Seleccionadas do Padre Antônio Vieira*, tal sermão em que “se busca atrair para o trono vacilante do fundador da dinastia Bragança, o apoio daqueles que continuaram a colocar no retorno de Dom Sebastião toda a esperança de salvação nacional”. Por fim, no *Sermão do bons anos*, o Padre Vieira confirma uma nova era para o reino e, além disso, mostra-se, na pessoa do rei Dom João IV de Bragança, o guia dos libertados.

Os sermões do Padre Antônio Vieira costumam ter conotações ofensivas, seja quando ele defende os índios do Maranhão o que atrai a hostilidade de grande número de colonos, seja quando prega a unidade do reino e dos seus súditos em torno do restaurador, Dom João IV, com o objetivo de manter a independência de Portugal. A questão da independência está intimamente ligada ao problema da sucessão ao trono português e surge de forma preocupante várias vezes durante a vida do Padre Vieira. Ele está convicto de que a independência política do reino português supera as esperanças sebastianistas ligadas ao regresso do rei Dom Sebastião. Em consequência, ele subirá com frequência ao púlpito para demonstrar que o esperado “Rei Encoberto” não é outro senão Dom João IV. Portanto, era responsabilidade do novo rei dissipar a crença dos sebastianistas. Em suma, a autonomia política e a sua preservação por parte de Portugal são uma das razões pelas quais Padre Vieira muda o tom das suas intervenções. Suas ideias sempre permanecem messiânicas em substância, mas na forma, elas se distanciam dos sebastianistas.

O Sebastianismo é feito de mito e história, e tem procurado na cultura escrita várias figuras da monarquia portuguesa para encarnar o “Rei Encoberto” e cumprir as profecias relativas ao Quinto Império. Vimos que logo após o desaparecimento do rei Dom Sebastião, nas areias do Marrocos, os sebastianistas assumem a defesa dos falsos

reis Sebastião que apareciam. Os defensores do Sebastianismo estruturaram e interpretaram os escritos proféticos da Bíblia e de Bandarra. Destacaram o retorno do rei Dom Sebastião como o cumprimento de sua crença messiânica, recorrendo às estrelas e à cabala enquanto aguardavam um sinal para identificar o “Rei Encoberto”. O Sebastianismo, ao longo dos séculos, acolhe patriotas, Novos-cristãos e judeus. Transforma-se, em Portugal, num movimento simbólico de resistência ao domínio dos inimigos do reino, perseguições inquisitoriais e espoliações. E, por fim, é na pessoa de Padre Antônio Vieira que o sentimento patriótico mesclado de Sebastianismo encontrará seu mais eminente defensor. Foi ele quem, até o fim da sua vida, em 1697, defende o seu sistema universal e profético. Ou seja, profético ou espiritual do ponto de vista religioso, e nacionalista e humano, do ponto de vista político, para explicar o destino divino do rei e do reino português.

Estabelecido no inconsciente coletivo, o Sebastianismo não se deixa destruir pelas provações da vida. Mesmo que a expectativa nem sempre seja atendida, ela permanece viva, o que permite que os partidários do Sebastianismo sejam preservados de desespero e desencanto. Nem o restabelecimento da soberania portuguesa, nem a morte do rei Dom João IV em 1656, fizeram desaparecer o movimento sebastianista, que manteve o seu vigor após o desespero de cada tribulação. A crença sebastianista em torno da volta do rei encontrará nas colônias portuguesas, principalmente no Brasil, terreno favorável para sua expansão. O elemento espacial, o Novo Mundo, adiciona um caráter escatológico à crença sebastianista. Seu lado apocalíptico está enraizado no cumprimento dos tempos, cuja base se encontra em uma certa corrente da teologia da história. Segundo a interpretação desta corrente de pensamento em Portugal, os dois acontecimentos, a descoberta do Novo Mundo e o regresso do “Rei Encoberto”, correspondem ao desfecho do desígnio divino pretendido pela Providência para Portugal e depois, para o Brasil.

Conclusão

Durante o século XVI, a vida de Dom Sebastião, segundo a Titulatura régia portuguesa “*Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia etc.*”, é um fato incontornável que marca indelevelmente a história da formação e da afirmação da identidade portuguesa, especialmente perante uma Espanha invasora. Criado em um espírito religioso e cavalheiresco, seu sonho é recuperar as antigas glórias de seu reinado e retomar os portos comerciais na África. O rei Dom Sebastião desaparece durante a batalha de Alcácer-Quibir causando a União das duas Coroas ibéricas e a consolidação do ardor patriótico. A partir deste acontecimento, uma expectativa messiânica se desenvolve e surge a crença no retorno do “Rei Encoberto”, o sentimento messiânico e patriótico conhecido como Sebastianismo. Aos olhos dos portugueses o “Rei Encoberto”, Dom Sebastião, depois de regressar numa manhã de nevoeiro para retomar o seu reino, será coroado de mil anos de felicidade.

A Restauração portuguesa em 1640 e a ascensão ao trono do duque de Bragança, Dom João coincide com a evangelização do Brasil e a presença do missionário jesuíta Padre Antônio Vieira na colônia e, mais precisamente, sob as terras do Maranhão. Padre Vieira é o grande defensor da unidade do reino português, arauto das crenças sebastianistas e do papel teleológico de Portugal para com as outras nações. A colonização da América portuguesa e conseqüentemente a sua evangelização inscreve-se no movimento de busca do homem europeu do Paraíso Perdido descrito nas Santas Escrituras. Ao desembarcar no litoral brasileiro, os portugueses encontram índios Tupi-guarani que buscam chegar à “Terra sem Mal”, um “Locus amenos”, cheio de fartura e felicidade, segundo suas crenças profética.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a mistura étnica entre índios, brancos e negros contribui na origem e no desenvolvimento da crença no retorno do rei Dom Sebastião no Brasil. Gradualmente, a imagem do jovem monarca desaparecido assume um caráter sagrado e imortal. O mito sebastianista da volta do “Rei Encoberto” expande-se em uma colônia marcada por superstições e religiosidade exacerbada. O deslocamento

do mito sebastianista da esfera do imaginário português para a construção do imaginário brasileiro provoca, consequentemente, uma transformação ou ampliação da representação simbólica da pessoa do “Rei Encoberto”. Essa mudança pode ser vista não apenas em termos de ideias, mas também em termos de linguagem. Na verdade, ocorre uma mudança nos significados e isto se aplica ao discurso, ao enunciado. Hoje, é possível dizer que a cultura brasileira responde ao mesmo modelo arquetípico lusitano outrora presente em Portugal, ou seja, uma religiosidade marcada por uma expectativa messiânica. Porém, a cultura brasileira, por sua vez, formula um discurso e imagens diferenciadas graças ao elemento étnico e espacial que permite a formação da identidade nacional. Alguns séculos depois, é neste mesmo espaço geográfico, o Estado do Maranhão que encontramos viva, mas de forma sincrética, a crença num mundo melhor que surgirá com o regresso do rei Dom Sebastião. Este Sebastião é o mesmo que, antes de nascer recebe o cognome de o “Rei Desejado”, ao desaparecer na batalha no Marrocos, torna-se o “Rei Encoberto” e hoje é o “Rei Encantado”, segundo a Encantaria maranhense. Mas esse é um outro assunto...

Bibliografia

BAÑOS-GARCÍA, Antonio Villacorta. *D. Sebastião, Rei de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

CUNHA, Diva Macedo. *D. Sebastião: a metáfora de uma espera*. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1980.

LIMA-PEREIRA, Rosuel. “Mythogenèse, syncrétisme et pérennité du sébastianisme dans l'identité brésilienne du XXème et du début du XXIème siècle (l'État du Maranhão et ses manifestations socioreligieuses)”. *Thèse de doctorat*. Université Michel de Montaigne - Bordeaux III, 2012. <https://hal.archives-ouvertes.fr/tel-00802219>

LIMA-PEREIRA, Rosuel. “O papel do *Espelho de Príncipes* na educação dos soberanos portugueses: O caso do rei Dom Sebastião de Avis”. *História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência*. São Luís: UEMA, vol. 7, 2019. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02338265>

LIMA-PEREIRA, Rosuel. “Le sébastianisme dans le Brésil contemporain, simulacre d'une réalité métalinguistique”. *Fascinatia formei. Colectia Aletheia. Alin-Sebastian Tat, Ciprian Valcan (org), n° 31, editura Napoca Star, Timisiora*, pp.96-120, 2006. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02902408>



Retrato de Dom Sebastião I
Pintor: Alonso Sánchez Coello, 1562.